

O ENSINO DE CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL: Desigualdades e soluções

Râmila de Souza da Silva ¹
Ivana de Oliveira Gomes e Silva ²

RESUMO

Este artigo busca destacar que os processos de ensino acabam desvalorizando o negro, o afro-brasileiro, africano, etc. em nosso país e enaltecendo a população branca, seja isto nos livros didáticos e/ou nas formas de ensino que são reproduzidos em alguns casos por professores em destacar a diversidade étnica como algo meramente excludente e sem valor de conhecimento cultural. Passados 21 anos da Lei nº 10.639/2003, ainda persiste uma invisibilidade e desvalorização das culturas étnicas em nosso país, causando o não reconhecimento identitário da população negra em ensinos e aprendizados perpassados pelas escolas a crianças, jovens e adultos. Desta forma, objetivamos investigar os efeitos causados nas crianças negras pelo ensino que desvaloriza e desconstroem a sua cultura e a sua representatividade da história do Brasil. Evidenciamos ainda, que este artigo possui uma metodologia de abordagem qualitativa e cunho bibliográfico. E como resultado deste trabalho, destacamos que supervalorização da cultura branca, acaba que influenciando no ensino, perpassando uma inferioridade da cultura afro-brasileira, negra e africana nos processos de ensino e aprendizagem das crianças. Sabemos que algo que é extremamente imposto todos os dias em sala de aula faz com que a construção e visão da criança sobre si e seus conhecimentos sejam alterados, assim, novas perspectivas de inserção de práticas de ensino, currículos e metodologias que promovam uma igualdade racial na educação vem sendo pensadas para o ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Contudo, para que estes cenários sejam revertidos, constatamos ser necessário investir na formação de professores, na seleção de materiais didáticos como livros e na inserção da educação das relações étnico-raciais dentro dos currículos escolares.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação de Crianças Negras, Lei nº 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se justifica pelo fato de ainda vivermos em uma sociedade racista que muitas vezes impõe o modelo de valorização do padrão branco europeu, durante o decorrer do tempo este padrão é expresso no modelo de ensino que acaba desvalorizando

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Castanhal, Bolsista PIBIC-UFPA, Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro-NEAFRO, souzaramila067@gmail.com;

² Docente da Universidade Federal – UFPA, Campus Castanhal, Mestre em Ciências Sociais pela UFPA e Doutora em Geografia pela UNESP, ivanaogsilv@gmail.com.

o negro, o afro-brasileiro, africano, etc. em nosso país e enaltecendo a população branca, seja isto nos livros didáticos e/ou nas formas de ensino que são reproduzidos em alguns casos por professores, em destacar a diversidade étnica como algo meramente excludente e sem valor de conhecimento cultural.

Percebe-se que a primeira educação sistemática no Brasil era excludente em suas bases, isto é, em suas influências culturais, pois aceitava apenas o que vinha da Europa; era excludente de modo concreto especificamente para o negro; e era excludente no que diz respeito a seus meios e fins, pois tinha formato arquitetônico-pedagógico passivo e centralizado no adulto visando a formação de um sujeito ideal, o padre, e não uma formação aberta (Sant'ana; Lopes, 2015, p. 5).

O padrão europeu excluía o que era diverso e isso ocasionou diversas lacunas no que diz respeito a uma educação igualitária. Durante muito tempo, a educação acaba por valorizar o padrão europeu, e pouco importava as vivências e contribuições da diversidade para a sociedade brasileira. No parâmetro mais atual, avançamos em lutas que já deveriam ter sido instauradas nos currículos educacionais com a criação da lei nº 10.639/2003 que foi alterada pela lei nº 11.645/2008, modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos.

Porém, mesmo com os avanços após criação da Lei 10.639/2003, se passados 21 anos, ainda persiste invisibilidades e desvalorização das culturas étnicas em nosso país, causando o não reconhecimento identitário da população negra em ensinos e aprendizados reproduzidos pelas escolas a crianças, jovens e adultos. Sendo assim, torna-se necessário que desde o princípio da educação com as crianças haja uma preocupação em estabelecer ensinos que desconstruam imagens do negro como escravo e subalterno na história do Brasil, pois “as crianças notam diferenças na cor da pele, nas características faciais, no comprimento, estilo e textura do cabelo, na linguagem e na fonética” (Glass, 2012, p. 892), sendo assim necessário trabalhar com ensinos que dialogue com toda essa diversidade de forma valorizadora.

Porém, é necessário que as instituições de ensino público e privadas reconheçam a necessidade de mudanças, “reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino” (Brasil, 2004, p.12).

Neste artigo, esclareceremos primeiramente de que forma o ensino com supervalorização branca prejudica o ensino de crianças negras. No segundo momento, buscaremos evidenciar de que maneira o ensino pode ser perpassado por escolas em prol do reconhecimento, valorização e construção de uma educação mais igualitária as crianças. Ademais, utilizaremos autores como Sant´ Ana, 2005; Silva, 2005; Garcia e Santos 2019; Santiago (2013) e demais autores que contribuíram para a discursão teórica.

Assim, objetivamos investigar os efeitos causados nas crianças negras pelo ensino que desvaloriza e desconstroem a sua cultura e a sua representatividade da história do Brasil. Além disso, buscamos responder a seguinte questão de pesquisa, de que forma proporcionar uma educação mais igualitária e mais diversas para crianças negras no processo educacional?

METODOLOGIA

Este trabalho possui abordagem qualitativa de cunho bibliográfico (Gil, 2002), onde utilizamos materiais já elaborados como livros e artigos. Neste sentido, foram feitas buscas por materiais que atendessem a temática com palavras chaves para pesquisas como, ensino para crianças negras, educação infantil e relações étnico-raciais, racismo na escola, educação antirracista para crianças, etc. em sites como Google Acadêmico e SciELO Brasil em prol de atender uma discussão mais enriquecedora. Após isso, foram feitas leituras buscando selecionar os trabalhos que mais se adequavam a elaboração deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A desigualdade racial na educação das crianças: Causas e efeitos

A historiografia brasileira demarca características que desvaloriza o negro no processo educacional, que por muitas vezes é refletido por uma visão desigual nos livros didáticos e em metodologias que valorizam com soberania a cultura eurocêntrica, “o negro vive em um mundo branco, criado à imagem do branco e basicamente dominado pelo branco” (Sant´ Ana, 2005, p. 59).

Esta construção de supervalorização da cultura branca, acaba que influenciando no ensino, perpassando uma inferioridade da cultura afro-brasileira, negra e africana nos

processos de ensino e aprendizagem das crianças, que não se veem representada como deveriam dentro dos cotidianos escolares, isso acaba que influenciando na visão que possuem de si própria perante a sociedade que estão inseridas. A autora Silva (2005, p. 23) desvela que em um dos livros didáticos analisados por ela “a criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média”.

A supervalorização acaba que propiciando na criança não branca uma consciência de que o que é ideal está na cultura supervalorizada, perpassadas em muitos livros didáticos sobre o branco europeu, pois muitas das vezes sua representação é marcada por inferioridade e desvalorização, “a criança que internaliza essa representação negativa tende a não gostar de si própria e dos outros que se lhe assemelham” (Silva, 2005, p. 27).

Sabemos que algo que é extremamente imposto todos os dias em sala de aula faz com que a construção e visão da criança sobre si e seus conhecimentos sejam alterados, isso nos faz repensar a forma como devemos buscar uma educação que quebre a barreira e que abranjam não somente padrões considerados tradicionais como a educação centrada no branqueamento, mas que passe a formar um conhecimento mais igualitário para todos. Para Sant'ana e Lopes (2015, p. 16) “urge reinventar a educação e a escola a partir do reconhecimento fundante das diferenças, o que leva a repensar a cultura escolar (ritos, práticas, modos, espaços, tempos, metodologias) e a cultura da escola (conteúdos curriculares)”. Porém, ainda segundo os autores, é necessário frisar que inserir a cultura afro-brasileira e a diversidade dentro das escolas não se refere apenas a utiliza-las como atos folclóricos, mas sim obter de diálogo intercultural, que é a presença de distintas culturas.

Ainda é difícil identificar nas escolas, modelos de ensino que tornem a educação das crianças interculturais, a exaltação da cultura branca acaba sendo vista até mesmo pelas crianças negras como uma cultura superior e não aceitam serem representadas por características subalternizadas e negam sua própria identidade fazendo ecoar uma rejeição de seus traços propagando ainda mais as desigualdades raciais dentro das escolas.

Esta visão, nos leva a refletir que estereótipos impostos as crianças negras desde muito cedo podem causar danos a sua auto imagem, podendo não se aceitarem, não verem positivities em suas representações, suas características, se diferenciando da forma

como as crianças brancas se veem. Para Garcia e Santos (2019, p.95) “As crianças negras na educação infantil possuem poucas referências positivas para constituição de sua identidade étnico-racial, ao terem seus aspectos físicos pouco valorizados e desconsiderados fica nítido qual o pertencimento racial é tido como exemplo de beleza e aceitação.”

Ademais, está desvalorização propaga uma visão racista que muito se engrandece em processos educacionais que não demarcam nos ensinamentos e aprendizados uma igualdade étnico-racial como afirma Santiago (2013, p. 31).

O racismo se infiltra em todos os espaços, ecoando ideias que mutilam as possibilidades de existência, construindo vidas encarceradas dentro de uma sobrevivência subalterna, e para a efetivação desse processo, inúmeras ações cotidianas adensam estereótipos, fixando destinos pré-estabelecidos para as crianças pequenas negras, mulheres negras e homens negros.

Assim, devemos buscar novos caminhos para desconstruir nas escolas as desigualdades que refletem nas crianças estereótipos que as caracterizam como inferiores, buscar formação que transforme as experiências negativas em positivas, metodologias que valorizam e não excluam as diversidades presentes na sociedade brasileira, e inserir práticas que atendam melhor a inclusão da lei nº 10.639/2003 nas escolas.

Um Olhar Sobre A Prática: Construindo Saberes Para Uma Educação Antirracista

Um novo olhar sobre a educação foi pensado através de debates do movimento social negro na luta contra as desigualdades que afetam também aos sistemas educacionais. Para que pudessem promover a igualdade racial, foram criadas durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em 2003, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2004 que hoje estão extintas, e a mais importante a Lei 10.639/2003 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, atualmente substituída pela Lei 11.645/2008 (Gomes, 2011).

Desde então, novas perspectivas de inserção de práticas de ensino, currículos e metodologias que promovam uma igualdade racial na educação vem sendo pensadas para o ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Acreditamos que a desconstrução das desigualdades desde a infância seja o caminho de mudanças e afirmação de uma identidade que como as demais deve ser tratada de forma igualitária e evidente dentro dos ambientes educacionais.

A primeira questão a ser repensada na educação é a formação de professores, a mesma deve promover conhecimentos que abarquem acerca de diferentes culturas, inclua a ERER para que não centre o foco somente em conhecimentos advindo do continente europeu, “é importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira [...]” (Brasil, 2004, p. 17), e isso torna-se possível, através de uma formação inicial docente comprometida com a diversidade no combate ao racismo e discriminação que são recorrentes nas escolas.

Com uma formação qualificada, o professor trabalhará de forma eficiente a igualdade dentro de sala de aula, não promoverá e perpassará conhecimentos que invisibilize e desqualifique o negro na história do Brasil e saberá desconstruir estereótipos impostos em práticas de ensino destacadas em livros didáticos que são normalmente trabalhados em escolas públicas e privadas na educação de crianças.

Outro processo para a promoção de uma educação para as relações étnico-raciais para crianças, é o reconhecimento de sua identidade negra como sinônimo de luta e resistência. A autora Lisbôa (2021, p. 7) evidencia que:

A identidade negra construída a partir da valorização de sua cultura permite o desenvolvimento de sentimentos positivos em relação à raça negra, pois o respeito à diversidade e a valorização da cultura afro-brasileira, é colocada como a base para a construção dessa identidade.

Este processo de valorização cultural permitirá que a construção da identidade positiva seja constituída não só por crianças brancas, como também por crianças negras, afro-brasileiras e demais culturas, permitirá também que as crianças entendam que as diferenças estão presentes na sociedade e que estas diferenças não são anormais, não são inferiores e não devem ser invisibilizada perante a cultura eurocêntrica.

Além disso, está valorização de identidade deve ser trabalhada nos livros didáticos, que em alguns casos não remetem a realidade da criança e destaca uma imagem que não representa a diversidade composta dentro de sala de aula. “A criança que vivencia situação semelhante de discriminação com relação ao seu corpo pode não construir uma imagem positiva de si mesma” (Brasil, 2006, p. 47).

Livros didáticos comprometidos com as mudanças sociais são necessários para engrandecer práticas pedagógicas comprometidas com a luta contra o preconceito racial,

a luta contra o racismo estrutural e na luta contra a propagação de conteúdos que desqualifique o processo histórico e que invisibiliza o negro na história brasileira. Para tanto, cabe as instituições de ensino e professores supervisionar, “identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos” (Silva, 2005, p. 22). Para que haja assim, um cenário mais igualitário dentro das escolas.

Outro aspecto importante é a inserção da temática étnico-racial dentro dos currículos das instituições de ensino básico, inserção em seus projetos políticos pedagógicos, para que haja uma efetiva descolonização destes currículos. “A descolonização do currículo exige não apenas uma reflexão sobre as estruturas curriculares, as práticas e saberes dos professores, livros didáticos e a dinâmica das escolas, mas uma mudança epistêmica estrutural” (Lisbôa, 2021, p.13).

A descolonização permite que diversas temáticas étnicas sejam trabalhadas dentro dos projetos pedagógicos, permite que os diferentes saberes sejam perpassados de forma conjunta e que professores trabalhem com crianças não só conhecimentos voltados para a cultura eurocêntrica, mas também conhecimentos de cultura africanas, afro-brasileiras e sobre a diversidade de modo geral. A criança não é um ser inconsciente, a sua construção social e a consciência de mundo são trabalhadas através de seus professores.

Para tanto, a inserção nos projetos políticos pedagógicos garante que a temática seja realmente trabalhada dentro das escolas brasileiras, além de garantir que a lei 10.639/2003 seja realmente trabalhada.

Estar inserido na proposta pedagógica da escola significa que o tema será trabalhado permanentemente e nessa perspectiva é possível criar condições para que não mais ocorram intervenções meramente pontuais, para resolver problemas que surgem no dia-a-dia relacionados ao racismo (Brasil, 2006, p. 168).

Com isso, a temática não será trabalhada somente em datas comemorativas, será trabalhada em todas as áreas de conhecimento garantindo que a igualdade e representatividade negra seja firmada como política curricular. Temas como racismo, discriminação, preconceito entre outros que envolvem pessoas de cor negra, serão trabalhados de forma planejada por todo corpo docente, e causará uma desconstrução ideológica pautada na igualdade racial.

Portanto, as abordagens e atitudes para a inclusão da EREER que as escolas realizam, possibilitará que as mesmas não sejam mais propagadoras de desigualdades,

construirá uma sociedade pautada na inclusão onde tornará a construção da consciência social da criança bem mais igualitária. Ademais, formará cidadãos com ideologias antirracistas, entendedores de que as diferenças presentes no outro não o torna inferior e nem desigual perante a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, que ainda que a sociedade entenda a importância de tratar temas equivalentes a diversidade dentro dos ambientes educacionais, ainda precisamos avançar para uma efetivação da temática dentro das escolas, pois entendemos que os efeitos causados pela não construção de conteúdos que envolvem ensinamentos da ERER, impossibilita a construção identitária de crianças negras e propaga desigualdades sociais e raciais ao longo tempo.

É necessário, para um ensino igualitário trabalhar todas as diversidades, para que não tenhamos cenários preconceituosos que agreguem ainda mais uma inferiorização do povo negro, afro-brasileiro e africano. Sendo assim, é preciso desconstruir a visão desigual sobre a imagem do negro dos processos educacionais, sobretudo para crianças, que veem sua imagem retratada e acabam associando a algo positivo ou negativo.

Para que estes cenários sejam revertidos, constatamos ser necessário investir na formação de professores como algo transformador da realidade social e do ambiente escolar. A formação de professores voltada a inserção de temática étnico-racial, permitirá que conteúdos não sejam esvaziados por não saberem trabalhar com as temáticas envolvendo a diversidade, permite que incluam a ERER em todas as áreas de conhecimento não tratando apenas em datas comemorativas, tornando assim os currículos mais diversos.

Além da formação, a seleção de materiais didáticos como livros também é essencial para uma educação antirracista, igualitária e diversa, os mesmos precisam estar atualizados com as recorrentes mudanças sociais e não devem estabelecer estereótipos prontos e acabados de uma única cultura. As escolas, tem o papel de selecionar livros que contemplem as diversidades que compõem nosso país e que incluam as determinações das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, pois são sinônimos de lutas e por obrigatoriedade devem compor os currículos e conteúdos escolares.

Por fim, as escolas devem possuir Projetos Políticos Pedagógicos comprometidos com as pautas raciais incluindo a educação das relações étnico-raciais, tendo assim, um currículo descolonizado que trabalha a temática da diversidade em todas as etapas escolares, garantindo também a efetivação da igualdade racial, a inclusão das legislações antirracistas obtendo uma política curricular comprometida com os avanços sociais que cada dia mais entendem a importância de se trabalhar a diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, SECAD; SEPP/IR**. Ministério da educação, Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 03/02/2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645** de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível: [L11645 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 23/11/2022.

BRASIL. Ministério da Educação / *Secretaria* da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

GARCIA, Vanessa Ferreira; SANTOS, Maria Walburga dos. EDUCAÇÃO INFANTIL E ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: apontamentos de uma crescente produção acadêmica. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**. Vitória da Conquista, Ano XIII, n. 21, p. 90-106 jan./jun.2019.

GARCIA, Vanessa Ferreira; SANTOS, Maria Walburga dos. EDUCAÇÃO INFANTIL E ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: apontamentos de uma crescente produção acadêmica. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**. Vitória da Conquista, Ano XIII, n. 21, p. 90-106 jan./jun.2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política e Sociedade**, Volume 10 – Nº 18, p. 133-154, abril de 2011.

GLASS, Ronald D. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. **Est. Pedag.**, Brasília, v.93, n. 235, p. 883-913, set./dez. 2012.

LISBÔA, Gabriela A. de Santana. Currículo e Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação Infantil. *In: Colóquio Internacional Educação e Corporeidade, Volume XVI, n. 1, set. 2022, Sergipe, (Anais de Congresso). Sergipe: UFS, 2021, p. 1 – 19. Disponível em: [Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS: Anais 2021 - XV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" \(EDUCON\)](#). Acesso em: 12/02/2023.*

SANT'ANA, Jonathas; LOPES, Cristiane. **EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: A ESCOLA, A EXCLUSÃO DO NEGRO E A NECESSIDADE DE REINVENÇÃO ESCOLAR**. Inhumas/Goiás, v.7 n.2, p. 1-20, dezembro de 2015.

SANTANA'ANA, Antônio Olímpio de. HISTÓRIA E CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O RACISMO E SEUS DERIVADOS. *In: MUNANGA, Kabengele (Org.). SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA*. 2º edição, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTIAGO, F. Políticas educacionais e relações étnico-raciais: contribuições do parecer cne/cp 3/2004 para a educação infantil no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 14, p. 25–44, 2013. Disponível em: [Políticas educacionais e relações etnico-raciais: contribuições do parecer c ne/cp 3/2004 para a educação infantil no brasil | Revista on line de Política e Gestão Educacional \(unesp.br\)](#). Acesso em: 24 nov. 2022.

SILVA, Ana Célia da. A DESCONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO. *In: MUNANGA, Kabengele (Org.). SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA*. 2º edição, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.